



Movimientos sociales y resistencias durante la pandemia: el caso andino

Diálogo realizado no marco do I Ciclo de Conferências da Revista TEKOA, no dia 02 de setembro de 2021

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-zkhNFL_esQ&t=895s

Transcrição: Matías Maximiliano Martínez - Universidade Federal da Integração Latino-americana



Tereza Spyer (palestrante)

Universidade Federal da Integração Latino-americana, Brasil

terezaspyer@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3891-2577>

Vania Alvarado (moderadora)

Universidade de Magalhães, Brasil

vania07mas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1087-3422>

Tereza Spyer (TS): a proposta para a noite de hoje é tratar “*Movimientos sociales y resistencias durante la pandemia: el caso andino*”. Nós vamos tratar de Equador, Bolívia, Chile e Peru, mas mais especificamente do Chile e nós fizemos um recorte dentro do recorte. Já que a questão são os movimentos sociais e as resistências durante a pandemia, nós resolvemos tratar daqueles e daquelas que têm resistido desde 1492, que são os povos originários, os povos indígenas. Então o recorte aqui é o caso andino e as resistências durante a pandemia vinculado diretamente aos povos indígenas. Mas a pergunta é: por que nós decidimos fazer isso?

Porque nós entendemos que os povos indígenas estão resistindo o apocalipse desde 1492, aqui eu estou parafraseando o Ailton Krenak, brasileiro e líder indígena do Brasil. O Ailton Krenak tem um livro chamado “Ideias para adiar o fim do mundo” e eu gosto muito desse livro e de outras coisas dele, porque ele problematiza a questão do apocalipse que a gente está vivendo durante a pandemia. Essa distopia no tempo presente. Ele amplia isso para todo o período da colonização até os dias de hoje, onde os povos indígenas têm resistido constantemente. Foram muitas pandemias e essa é mais uma das pandemias. Então me parece muito pertinente essa ideia do Krenak, que na verdade outras pessoas também têm, mas eu fiz referência ao livro dele “Ideias para adiar o fim do mundo” porque essa ideia de fim do mundo e a resistência ao fim do mundo é importante, eu acho que a gente tem que aprender com outros grupos e movimentos sociais da América Latina, mas principalmente com os povos indígenas.

E também, porque a gente queria fazer um link com o Brasil e a resistência à pandemia aqui, embora o enfoque seja o caso andino. Eu estou falando isso porque na data de hoje, em Brasília, 6000 indígenas de mais de 170 povos estão lutando contra o Marco Temporal, esse terrível



Marco Temporal¹. Esse projeto horroroso é um projeto de genocídio, ecocídio e etnocídio. Então a conversa de hoje também é uma homenagem aos povos indígenas do Brasil que tem resistido bravamente e essas mais de 6000 pessoas que estão em Brasília acampados lá na Esplanada dos Ministérios. E também por que, quando a gente fala de povos indígenas do Brasil, povos indígenas do Equador, da Bolívia, do Peru, nós estamos separando esses povos em Estados Nacionais, que foi mais uma das violências que esses povos viveram. Mas é importante ressaltar que grande parte do movimento de resistência indígena nacional é transnacional. Ele é transnacional e plurinacional.

Enfim, eu confesso que estou tratando desse tema aqui um pouco envergonhada pensando o que que estou fazendo aqui, porque eu não estou em Brasília com as mais de 6000 pessoas resistindo. É uma auto provocação que eu faço e estendo aqui aos partidos políticos, aos sindicatos, aos outros movimentos sociais. Uma provocação afetiva. Cadê o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)? Cadê a CUT (Central Única dos Trabalhadores)? Onde estão os partidos políticos? Porque todos eles não estão em Brasília tomando a Esplanada e outros espaços? Enfim, é uma das primeiras provocações da conversa de hoje.

Bom, vamos lá. Para começar, eu queria pensar com vocês sobre o impacto da COVID-19 para os povos indígenas e as estratégias de resistência. Vamos pensar primeiro a América Latina como um todo e depois a gente faz o recorte que nós propusemos, que é o recorte andino.

Para poder fazer esse panorama latino-americano, nós nos valem do relatório da CEPAL. A CEPAL, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, tem divulgado muitos documentos importantes para a gente pensar, estudar e compreender essa história do tempo presente. Eu queria indicar para todo mundo que acessem o site da CEPAL porque tem muitos relatórios, boletins, etc., que tratam do tema da pandemia. E nós trouxemos para a conversa de hoje um relatório de 2020 da CEPAL que trata sobre os povos indígenas (CEPAL, 2020)². E um dos itens desse relatório é o tema dos movimentos e resistências à pandemia. A primeira coisa que a gente pode ver destacado lá é que a geração de dados sobre os contágios e os falecidos nas comunidades é uma coisa muito difícil de conseguir e os próprios Estados e os governos não têm se esforçado muito para contabilizar e gerar dados e cifras sobre isso. Entre outras coisas, para não se responsabilizarem pela ausência, pela fraqueza dos Estados e das políticas públicas em relação a reação a essa situação que a gente está vivendo, essa calamidade.

Como o Estado é ausente, como o Estado não consegue gerar estatísticas, os próprios povos indígenas, as organizações e entidades indígenas têm gerado as suas próprias estatísticas. E eu acho que isso é um elemento muito importante. Eles estão fazendo um esforço enorme para gerar seus próprios dados. Esse relatório da CEPAL trata de país por país. Passa por República Dominicana, por Panamá, por Guatemala, ou seja, vai do México à Patagônia. E é bem interessante ver como os próprios povos indígenas criam estratégias de resistência para gerar esses

¹ O Marco Temporal é uma tese que propõe que as populações indígenas só podem reivindicar terras que ocupavam na data da promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 5 de outubro de 1988. O objetivo é limitar o direito dos povos originários aos seus territórios para a expansão da fronteira agrícola, fruto, em grande medida, do lobby do agronegócio.

² Para maior informação Cf. CEPAL. “El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva”, *Documentos de Proyectos* (LC/TS.2020/171), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.



dados e visibilizar o processo que está acontecendo com eles e lutar para que, mais uma vez, eles não vivam todos os epistemicídios³ que eles estão acostumados a viver no seu cotidiano.

Além disso, eles mesmos fazem campanhas com informações sobre a COVID-19, campanhas de conscientização sobre a prevenção, mais uma vez uma coisa que deveria ser levada à cabo pelo Estado. O Estado deveria estar firme e forte fazendo isso, ele não faz e são os próprios povos e as suas entidades que tem feito. No caso do Brasil e do México isso aconteceu bastante nos últimos anos. O Estado esteve muito ausente nas campanhas de informação e conscientização e são os próprios povos indígenas que se auto-organizam para poder fazer isso.

Também tem um terceiro elemento que é a adoção de medidas de contenção, os cercos sanitários nos territórios indígenas. Eles estão proibindo, tentando proibir – claro que em cada país ou cidade isso vai ser de outro jeito – mas tem a tentativa de barrar o acesso às comunidades. As próprias comunidades vigiam e supervisionam. Tem supervisão comunitária, organizações internas comunitárias para poder impedir, por exemplo, que não brancos, a gente de fora, entre nas comunidades e que as pessoas se contagem por conta disso e também a criação de protocolos de circulação e de isolamento. Aí vai depender do país. Tem alguns países onde os Ministérios da Saúde fizeram trabalhos mais ou menos dignos para poder criar os protocolos de circulação de pessoas, de mercadorias e etc., alguns casos de isolamento, mas outros Ministérios da Saúde foram muito ausentes. Eu dou o exemplo do Ministério do Brasil, de novo, mas também é o caso da Colômbia, é o caso do Peru; bom, é... dos países amazônicos todos. O Estado foi muito ausente, tem sido muito ausente.

Um outro elemento que eu queria destacar com enorme alegria, apesar do contexto ser terrível, é que aumentou muito – e o relatório da CEPAL também ressalta isso – a utilização e o fomento da medicina tradicional antes, durante e depois da vacina. A medicina tradicional e os conhecimentos dos povos indígenas têm sido muito marginalizados historicamente. Tem um racismo estrutural que impacta muito nisso. Então, boa parte da medicina tradicional indígena foi relegada a um segundo plano. A alopatia teve controle sobre esse mercado e a indústria farmacêutica também. A CEPAL ressalta que agora, durante a pandemia, aumentou muitíssimo a utilização da medicina tradicional indígena, os cultivos das ervas tradicionais, ampliou o respeito e admiração nas comunidades pelas pessoas que são as responsáveis pela cura, que lidam com o trabalho da cura. Então é um elemento que eu acho que vale ser ressaltado, ao ler o relatório da CEPAL, é um dos poucos itens que a gente poderia dizer que são positivos desta catástrofe que a gente está vivendo.

E a outra coisa é adoção de medidas para a segurança alimentar. Logo quando começou a pandemia, aqui no Brasil por exemplo, o maior medo era que as comunidades ficassem desabastecidas e muitas realmente ficaram. O Estado, mais uma vez, foi muito ausente. E aí as próprias comunidades estabeleceram estratégias de resistência para não passar fome, para não morrer de fome. E outro elemento importante que a CEPAL destaca sobre a segurança alimentar e a soberania alimentar, é que em muitas comunidades aumentou o plantio, aumentou a variedade dos cultivos, também teve esse pequeno aspecto positivo que foi eles aumentarem a

³ Epistemicídio é um conceito criado por Boaventura de Sousa Santos e refere-se “à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SANTOS, 2009, p. 183).



produção interna para a subsistência – em algumas comunidades e países mais do que em outros. Isso daqui a CEPAL ressalta que aconteceu principalmente na América Central e no Caribe. Guatemala, por exemplo, foi um país onde as próprias comunidades aumentaram a produção interna para poder tentar produzir o mínimo de alimentos.

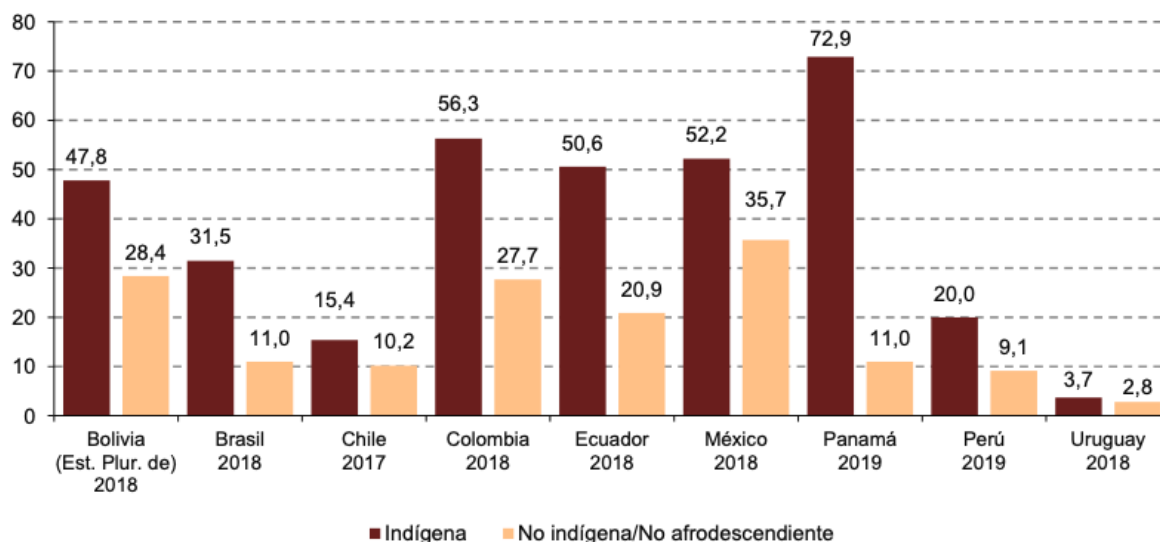
E aqui eu destaco uma frase desse relatório da CEPAL que eu acho que é muito importante: “en el ejercicio de su derecho a la autodeterminación, pueblos indígenas decidieron restringir o cerrar las fronteras de sus territorios”. O argumento é que esses povos estão exercendo o direito à autodeterminação, e por que? Porque em alguns países os povos indígenas foram muito criticados pelas direitas todas, pelas alas mais conservadoras dos países, de que eles tinham fechado cem por cento muitas comunidades durante a pandemia. Inclusive a própria Igreja Católica reclamou disso, também grupos de igrejas neopentecostais, etc., mas é um direito dos povos indígenas, baseado na autodeterminação, fechar suas fronteiras para poder impedir ou pelo menos diminuir o contágio e o genocídio. Esse é o medo que está por trás desse processo.

Seguindo com a citação “el cierre es una medida extrema para evitar consecuencias dramáticas como las que ya ocurrieron en el pasado con otras enfermedades”. Como a gente bem sabe, essa não é a primeira pandemia que os povos indígenas estão sofrendo. Esse não é o primeiro momento que eles estão vivendo de absoluta calamidade. Enfim, já foram muitos. Eu acho que a gente tem que aprender com eles, com elas, com esses grupos, com a sabedoria e o conhecimento desses povos. É por isso que eu destaquei aqui algumas estratégias de resistência deles e delas durante a pandemia.

Na sequência, nós trouxemos um gráfico elaborado pela Comissão (CEPAL, 2020, p. 14) sobre a população indígena e não indígena em situação de pobreza que faz referência aos países ali destacados dependendo do ano em que eles tiveram seus censos e foi possível chegar a esses dados. Obviamente não tem dados de 2020 e 2021 por conta da dificuldade de fazer esse censo. No Brasil já deveria ter esse censo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) está atrasado e tem todo um esforço conservador para que atrase mais ainda, porque fazer censos implica impactar às políticas públicas, pelo menos deveria pautar as políticas públicas. Enfim, como se observa no quadro, os países mais destacados são Bolívia com 47,8 %, Colômbia com 56,3%, Equador com 50,6%, México com 52,2% e Panamá com 72,9%, um número bastante impressionante (Gráfico 1). Como se pode observar, esses dados são sobre a população indígena e não indígena em situação de pobreza, e por que que a gente destacou esse tema da pobreza aqui? Porque a gente sabe que, ao contrário de que alardeavam muitos e muitas no começo da pandemia, a pandemia não é democrática. A pandemia não atinge todas as classes sociais e raças da mesma forma. Ela é muito mais cruel com os povos racializados, com os povos das periferias, com os povos que sofrem o fato da América Latina e o Caribe serem as regiões mais desiguais do planeta, as mais pobres. Aqui queria fazer um parêntesis. É bom lembrar que em muitos países, por exemplo no caso da Colômbia, é difícil falar só de movimento indígena porque tem o movimento afro-indígena também. Essa categoria começou a ser operada mais recentemente aqui no Brasil, mas eu acho que é importante lembrar que tem uma comunidade afro-indígena muito grande também em outros países.



Gráfico 1. % de la población indígena y no indígena en situación de pobreza en América Latina / Abya Yala (9 países)



Fonte: CEPAL (2020).

Como se pode observar, esses dados são sobre a população indígena e não indígena em situação de pobreza, e por que que a gente destacou esse tema da pobreza aqui? Porque a gente sabe que, ao contrário de que alardeavam muitos e muitas no começo da pandemia, a pandemia não é democrática. A pandemia não atinge todas as classes sociais e raças da mesma forma. Ela é muito mais cruel com os povos racializados, com os povos das periferias, com os povos que sofrem o fato da América Latina e o Caribe serem as regiões mais desiguais do planeta, as mais pobres. Aqui queria fazer um parêntesis. É bom lembrar que em muitos países, por exemplo no caso da Colômbia, é difícil falar só de movimento indígena porque tem o movimento afro-indígena também. Essa categoria começou a ser operada mais recentemente aqui no Brasil, mas eu acho que é importante lembrar que tem uma comunidade afro-indígena muito grande também em outros países.

Bom, vamos entrar país por país para traçar um panorama. Vamos começar com Equador, que tem 501.000 contágios e 32.000 mortos. Não é possível ter acesso ainda a quantidade, em termos de dados oficiais, de contágios e de mortos, no que diz respeito especificamente à população indígena. Como falei para vocês, os governos não estão gerando esses dados ou foram feitos de forma deficitária. As comunidades é que têm se organizado para tentar ter esses dados, mas a gente não conseguiu ter acesso a eles. No Equador, em 2020, o governo lançou um plano de promoção à saúde e a comunicação de risco para responder à pandemia do COVID-19 nos povos e nacionalidades indígenas, afrodescendentes e montubios. Esse plano foi destinado para os grupos que o governo entendeu que estavam em situação de mais vulnerabilidade. As principais iniciativas foram as *cuñas radiales* que foram importantes e as cartilhas indígenas. As cartilhas foram feitas em mais de 20 línguas indígenas para tentar chegar à população e grande parte dessas cartilhas foram traduzidas nas próprias comunidades em parceria com o Ministério da Saúde.



A resposta estatal, desde que foi declarada a pandemia em março de 2020 pela OMS (Organização Mundial da Saúde) até agora, tem sido considerada bastante débil, fraca, tanto que o Equador viveu as eleições presidenciais em primeiro e segundo turno mesmo durante a pandemia e este processo foi muito complexo por conta das dificuldades que estavam vivendo internamente. Mas o Estado foi particularmente débil com relação a tentar frear o avanço da COVID-19 nos territórios indígenas. A maior parte dos territórios indígenas têm altos números de contaminados e mortos. E por último, os povos indígenas do Equador denunciaram de maneira sistemática a falta de cuidados e atenção estatal em relação a pandemia, o que eles entendem como catastrófica. Tem muitas cartas documentos dos movimentos e das entidades sociais denunciando a ausência ou debilidade e fraqueza do Estado, principalmente na Amazônia equatoriana.

Enfim, é um tema que segue em aberto, o resultado das eleições foi que ganhou o projeto mais conservador, a direita, que é a representante da nova onda conservadora latino-americana e, obviamente, depois de tomar posse, as coisas não melhoraram, e sim pioraram. Aqui também queria destacar o papel das mulheres, sua participação nesse processo de resistência não só no Equador, mas nos quatro países andinos. As mulheres têm sido fundamentais nesse processo, sempre foram e continuam sendo, pois buscam proteger as suas próprias comunidades. Voltando ao tema das eleições, o Guillermo Lasso ganhou as eleições, derrotando o candidato correista no segundo turno. E mesmo depois dele ter tomado posse, obviamente, ele não deu prioridade para os povos indígenas e então a situação se tornou ainda pior do que já era antes, não que antes fosse melhor com Lenin Moreno, mas agora piorou.

Na sequência, passando para a Bolívia, temos como dados de contágio geral 491.000 e de mortos 18.500 aproximadamente, assim como falamos no caso anterior, esses são os dados oficiais que estão nas páginas dos Ministérios de Saúde dos respectivos países. No caso da Bolívia, o governo adotou um conjunto de medidas econômicas de caráter paliativo. Desde o começo da pandemia, a gente tem que lembrar que a Bolívia viveu um golpe – eu considero um golpe, por isso que estou utilizando essa palavra – contra o Evo Morales. Enfim, teve um período de governo golpista e depois, com as novas eleições, Luis Arce foi eleito democraticamente. E por conta deles terem conseguido tomar o poder e retomar as alianças com grande parte do movimento indígena, a reação da Bolívia foi melhor se comparada com os demais países que a gente está tratando aqui.

Logo no começo, se estabeleceu um plano integral para mitigar os efeitos da pandemia. Esse plano tinha medidas para melhorar e ampliar o acesso à atenção sanitária, reativar as atividades econômicas nas comunidades – pois muitas delas ficaram paradas –, apoio e ajuda humanitária, alimentos e insumos básicos – que era o medo que eu identifiquei anteriormente com relação à insegurança alimentar –, e assegurar o acesso aos subsídios estatais. Aqui o governo apoiou com vários subsídios desde o começo da pandemia e também tem vários projetos destinados às políticas públicas do governo.

Embora a Bolívia, proporcionalmente comparada com outros países, tenha tido uma reação muito melhor ou menos pior – dependendo da perspectiva que a gente quiser tomar –, mesmo assim, o governo sofreu várias críticas. Uma das críticas mais fortes é que não foi incorporada uma variável de autoidentificação étnica nos dados epidemiológicos oficiais. Nem no governo da Bolívia a gente consegue saber como é que está impactando de fato a pandemia nos povos



indígenas. O que nem o governo da Bolívia, do Estado Plurinacional da Bolívia conseguiu organizar foi um sistema que contabilizasse impacto nos povos indígenas. Então tem essa crítica enorme aqui, a ausência dessa variável de autoidentificação étnica nos dados epidemiológicos, também a ausência de protocolos de biossegurança e de tratamentos em relação aos falecidos desde um enfoque intercultural.

Lembrando que o Equador e a Bolívia têm constituições que tem como elementos centrais o tema da interculturalidade. Por isso, uma das críticas mais fortes ao governo boliviano é o tratamento dado aos falecidos. As medidas para poder conter o COVID-19 nas comunidades não levaram em conta essa riqueza intercultural e essa diversidade de povos da Bolívia. A forma como trataram dos falecidos, a forma que o Estado lida com aqueles que morreram de COVID-19 é considerada desrespeitosa. Por exemplo, houve uma polêmica enorme com relação aos enterros. Como é que seriam os enterros e os rituais – rituais de cremação, os rituais de luto. Teve um grande debate sobre os rituais de luto não só na Bolívia, mas sobre como os governos fizeram ao redor do mundo. Eles adotaram medidas direcionadas pela OMS, mas medidas ocidentais. É um luto ocidental, uma estratégia de luto ocidental, e não uma estratégia de luto na qual as comunidades se identificam melhor, levando em consideração suas próprias características.

Enfim, é uma pena mesmo que o Estado, nem no Equador nem na Bolívia, que tanto defendem a interculturalidade, isso tenha acontecido. Mas no caso do Equador, era um governo de direita antes – ou de centro direita – e agora é um governo abertamente de direita. Mas no caso da Bolívia não é essa a situação. Quem está no poder é um governo que se auto identifica com a esquerda, com as pautas da esquerda e do movimento indígena e nisso aqui houve uma estagnação, nem um retrocesso em relação a interculturalidade

Passando agora para o caso do Peru, a gente tem como dados de contágios gerais 2.150.006 e de mortos 198.295. São números muito altos, ainda mais se a gente compara com o Equador e a Bolívia. Logo no começo teve um decreto legislativo e ele tinha determinadas ações para tentar proteger os povos indígenas ou povos originários. É interessante porque o próprio texto do decreto fala “povos indígenas ou povos originários no marco da emergência sanitária da COVID-19”. E aqui eu destaquei algumas medidas, primeiro, garantir o comprimento dos direitos linguísticos. Isso me parece importantíssimo, de alguma outra forma na Bolívia e no Equador se tentou fazer isso quando se traduziu umas cartilhas, mas aqui é uma categoria mais ampla. Garantir o comprimento dos direitos linguísticos não é só traduzir uma cartilha, é muito mais do que isso.

Segundo, promover a prestação de serviços públicos em língua materna, língua indígena. Terceiro, assegurar os mecanismos de articulação com as entidades públicas que estavam atendendo à população indígena ou originária, especificamente com critérios de pertinência, adequação cultural e de gênero. Esse tema de gênero no relatório da CEPAL é impressionante, como teve uma tensão de gênero. Quarto, salvaguardar a vida, a saúde, a integridade dos povos indígenas e os povos originários. E principalmente, que é a última e penúltima linha aqui, prestar especial atenção aos povos que se encontram em situação de isolamento ou contato social. Então houve aqui uma tentativa de dar mais ênfases a esses povos. Além disso, o que o governo tentou fazer junto com entidades indígenas, tema que eu já destaquei antes, foram as chamadas estratégias de alerta, que foram feitas com apoio do governo, mas levadas a cabo pelos próprios



povos indígenas, em suas comunidades e com suas entidades para ter não só atenção às questões sanitárias, mas também a garantia de abastecimento de alimentos.

O tema do abastecimento de alimentos é central em todos os países, não só nos andinos porque havia um risco – e ainda há um risco – de insegurança alimentar, de fome mesmo, em muitas comunidades da nossa região. No caso do Peru, assim como eu ressaltai do Equador, a resposta do Estado foi débil e muito criticada. O Peru tem dados altíssimos de mortes. O ano passado as mortes em algumas cidades peruanas foram ainda mais destacadas porque o Peru foi um dos epicentros da pandemia na América Latina, junto com o Brasil. E a resposta do Estado foi calamitosa e agora com as eleições e a vitória apertada de Pedro Castillo a gente espera uma mudança, mas as comunidades indígenas ainda esperam que o Estado de prioridade em termos de sobrevivência aos povos, principalmente da Amazônia peruana, onde tinha focos maiores da pandemia.

Enfim, eu imagino que as pessoas tenham acompanhado as eleições do segundo turno do Peru entre Keiko Fujimori e Pedro Castillo. Os povos indígenas apoiaram o Castillo e inclusive quando estava naquela fase da Keiko não reconhecer a vitória, de instabilidades, etc., entidades indígenas afirmaram que iam fazer uma marcha para Lima para defender o resultado das eleições. Acabaram não fazendo a marcha gigantesca que eles propuseram fazer porque não foi necessário no final, mas havia um plano para fazer uma marcha nacional dos povos indígenas à Lima para defender as eleições e a vitória do Castillo. Vamos ver o que vai acontecer com o Peru agora, com esse novo governo. A gente espera que esse novo governo seja muito melhor no geral, mas especialmente para os povos indígenas e para os camponeses – muitos camponeses são indígenas – daqui para frente. Esta questão está em aberto ainda e nós devemos olhar muito atentamente como vai ser esse processo no Peru.

Agora passo a palavra para a Vania para falar do Chile...

Vania Alvarado (VA): bueno, quienes están aquí presentes y nos han seguido a Tereza y a mí a lo largo del tiempo saben que desde octubre del 2019 yo estoy monotemática, y que la dinámica de investigación se basa en todo lo que ha vivido Chile desde octubre del 2019. Entonces, independiente de que nuestro recorte de esta conversación sean las resistencias indígenas en la pandemia, no se puede comprender ese proceso sin comprender una especie de renacimiento, o de fortalecimiento, de los pueblos indígenas a nivel nacional.

Presentaremos algunos datos claves de lo que se ha hecho digamos también poniéndoles todas las comillas necesarias para comprender esto de parte del Estado o de parte de también las comunidades indígenas para hacer frente a la pandemia. Dentro de los datos de contagiados hasta el día de ayer, Chile lleva un millón seiscientos treinta y nueve mil contagiados y treinta y seis mil, treinta y siete mil muertos aproximadamente. Siempre es bueno recordar que esos datos sólo hacen énfasis a las personas que se han hecho el testeo y a los que están próximos, de hecho todos los datos de los países que presentamos corresponden a ese número: sólo en personas que se han hecho el PCR (Proteína C-Reactiva) o antígenos, o algún examen que compruebe que ellos tuvieron el virus y a los contactos estrechos; y en los muertos, en realidad ya hubieron problemas bastante mediáticos a nivel nacional acusando al Estado de ocultar muertes de la pandemia. Bueno, eso creo que lo vivieron también bastantes países en general, sobre todo



en la región, pero para tenerlo en consideración que ambos números pueden ser bastante mayores a los que nosotras estamos presentando aquí.

En el plan de acción por coronavirus no se han establecido medidas específicas para los pueblos indígenas. El gobierno chileno ha destinado recursos financieros para prestar ayuda social a las comunidades indígenas, en concreto, a través de *kits* de alimentos y de higiene; y en este sentido yo lo quiero vincular a todo lo que Tereza ha hablado de los tres países anteriores del proceso de inseguridad alimentaria que vivió también nuestro país [Chile]. Ahí, la única frase que se me venía a la cabeza, y que es la es una de las frases típicas desde el Estallido Social⁴ en adelante y que tiene historia también hacia atrás, es que “sólo el pueblo ayuda al pueblo”. Los *kits* no daban cuenta de la realidad en la que vivía Chile y es una realidad que viene siendo mucho más cruda y marginal desde la dictadura civil-militar, por ejemplo. Entonces, evidentemente, si ese proceso se lleva a la población chilena en general va a ser mucho más aguda a la población indígena, también siguiendo los datos que nosotros acompañamos con la relatoría de la CEPAL.

El informe de la CEPAL era rebuscado en todo lo que significa esa palabra. Era muy detallista en lo que mostraba y dentro de eso, aparte de los niveles de pobreza –que era como el gráfico general– había otros gráficos más interesantes al respecto del acceso a agua potable, el acceso a internet –hubieron marchas de los pueblos indígenas también, por un acceso libre a internet para por ejemplo conseguir tener clases o enseñanza a distancia– este tipo de cosas. Aparte, evidentemente de lo que mencionaba también Tereza del proceso del duelo, no. Aquí fue *ley pareja para todos*, que si se suponía que tú habías muerto de COVID en el mismo día te enterraban y era en una bolsa. O sea, esa tradición que no sólo viene de los pueblos indígenas sino como de la sociedad civil en general, de que tú ya tienes la ropa con la que te van a enterrar, que son tres días, en otros lugares llega a ser una semana y es comida y todo ese tipo de diferencia de tradiciones velatorias, dejó de ser culturalmente respetada en este proceso y era en el mismo día, sin despidos, y con funerales de máximo dos personas.

También se elaboró material educativo para la primera infancia sobre el COVID-19 en lenguas indígenas, pero cabe destacar que dentro de los pueblos indígenas reconocidos en realidad en las únicas dos lenguas –además del español– en la que se elaboraron estas planillas era en mapudungún y en rapanui, que es el idioma que se habla en Rapa Nui (lo que es considerado, digamos cómo *marketing*, puede ser más conocida como Isla de Pascua), pero es Rapa Nui.

Dentro de las recomendaciones del abordaje integral de prevención y promoción de la salud para la población indígena en el contexto del COVID-19 hubieron ciertos objetivos que eran reforzar las acciones y recomendaciones del personal de salud para mejorar y adecuar culturalmente las medidas de prevención, mitigación y contención de la pandemia entre las poblaciones indígenas, considerando las características socioculturales ambientales y epidemiológicas; fortalecer las acciones y respuestas del personal de salud para asegurar el acceso igualitario a la atención de salud y el tratamiento de los brotes y los casos sospechosos y activos de las personas indígenas con COVID-19; reforzar la incorporación de la variable de pertenencia –es algo que

⁴ El Estallido Social chileno fue “un conjunto de movilizaciones sociales que irrumpieron en varias ciudades de este país desde octubre de 2019” (DULCI; SALDIVIA, 2021: 1).

hemos visto también en los tres países anteriores—; fortalecer las acciones y respuestas del personal de salud que permitan respetar el derecho de las personas indígenas a ser tratadas por más de un sistema médico, resguardando su derecho a utilizar medicinas indígenas e incorporar sus modelos de buen vivir. Dentro de este último objetivo es interesante mencionar que eso se llevó específicamente más a cabo de forma integral en la región de la Araucanía, donde está el mayor porcentaje de población mapuche y en el norte. Hay vacíos también, hay archipiélagos donde el Estado no llegó a contemplar ese tipo de cosas. En lo único en lo que iguala la base de la experiencia ya con estos 6 o 7 PCRs que me he hecho a lo largo de la pandemia, es que se te hace un cuestionario si es que perteneces o no a uno de estos pueblos indígenas, o sea, de cierta forma se está generando una estadística que aún no ve la luz, pero que puede verla pronto, y hay atención prioritaria en ese sentido.

Ahora, ¿por qué yo no puedo hablar o dejar de hablar de la resistencia indígena durante la pandemia sin hablar del Estallido Social? No puedo hablar de eso porque, evidentemente, como dijo Tereza, la resistencia indígena es muy anterior: desde 1492. Pero, en Chile hubo una resignificación de esta resistencia también en base a la nueva creación de narrativas al respecto. Chile se centraba mucho en el negacionismo de pertenecer, había una radical idea de que “todos somos chilenos”, de hecho, hace poco le mandé Tereza una imagen sobre gente protestando contra la plurinacionalidad. “Todos somos chilenos”, “Chile no quiere un Estado plurinacional” y ese tipo de respuestas contrarias a este proceso que empezó en octubre del 2019. Entonces, si uno entiende o busca entender qué es lo que pasó desde esa fecha en adelante, fue un descontento social masivo que evidentemente empezó la chispa.

La gota que rebalsó el vaso fue el aumento del ticket del metro, pero en realidad llevaba por detrás amarres dictatoriales, llevaba por detrás una gran desafección con la clase política, llevaba por atrás esta frase que se hizo célebre “hasta que la dignidad se haga costumbre”. Para el exterior Chile vendía esta idea de el jaguar económico, el oasis suramericano y no sé cuántas otras frases clichés al respecto de cómo Chile está bien en comparación de los otros países, sobre todo de sus vecinos. Pero eso no puede estar más lejos de la realidad. Tenemos uno de los mayores índices de suicidio en personas de tercera edad del mundo. Ese tipo de cosas se van profundizando, en el mal sentido, cuando aparte de ser viejo eres indígena; o aparte de ser de tercera edad, mujer e indígena. Ese tipo de cosas se van agudizando en un sistema que está contaminado por estos amarres dictatoriales que vienen desde la Constitución del ochenta.

Entonces, evidentemente, a pesar de las diversas cantidades de demandas que surgieron, donde se vivió una especie de transversalidad de quienes salieron a las calles, se levantaron ciertas banderas que llamaron más la atención y que tuvieron más fuerte su voz. Dentro de eso, las fotos típicas que quedaron —y estoy segura van a quedar para la historia sobre el Estallido Social— está toda la gente manifestándose en esta plaza, ahora llamada Plaza de la Dignidad, donde se levantaban banderas y se levantaban banderas mapuches. Evidentemente, los mapuches no son el único pueblo indígena que hay en Chile. Sí hay un proceso, y evidentemente siendo también bastante crítica de ese proceso, de mapuche-centrismo. Pero también es la población indígena que más porcentaje de autorreconocimiento tiene a nivel nacional.

Aparte de todo este proceso que se vivió durante el Estallido Social, del levante de las banderas indígenas, del nuevo inicio de autodeterminación como persona mapuche o como persona que ya no es sólo chilena sino que pertenece a un pueblo indígena, también se vio algo que se



percibió en otras manifestaciones del Cono Sur y del mundo: el derrumbe de estatuas que representaban un pasado colonizador. O sea, dentro de esas demandas también se entiende la demanda de reescribir la historia, de que en realidad estaba esta frase de “no son 30 pesos, son 30 años” -por el tiempo de la vuelta a la democracia, digamos esta larga “transición pactada” que al parecer recién ahora está por terminar-, pero también se entendía que para lograr ese cambio había que cambiar lo que nos tenía amarrados a ese proceso, lo que nos tenía amarrados a esa realidad, que era la constitución.

La constitución chilena emanada de la dictadura, que es la constitución de 1980. Pero, si nos vamos a la historia a nivel nacional en realidad ninguna constitución que ha tenido Chile, los tres grandes textos constitucionales, han hecho y han sido redactados en base a la consulta popular. Dentro de las asambleas vecinales constituyentes que se han llevado a cabo y que buscan tener una participación en la redacción de esta nueva constitución, dentro de los tópicos que salen, uno de los más relevantes es que sea un Estado plurinacional, es que se reconozca como igual la presencia de otros pueblos. Hubo incluso marchas de la resistencia mapuche, donde se llamó a todos los pueblos originarios. Ahí ya hubo un llamado también a organizarse ellos como pueblos indígenas para ser parte del proceso constituyente.

Entonces, retomando algunas fechas claves como para que tengan en cuenta: después de la presión social hubo un acuerdo para llamar a un plebiscito para ver si es que se iba a redactar o no una nueva constitución. Ese acuerdo fue el 26 de octubre del 2020, inicialmente iba a ser, si no me equivoco, en mayo del 2020, pero el 12 de marzo Chile estableció que estaba bajo un Estado de Emergencia Sanitaria. Entonces se corrió al 26 de octubre y hubo niveles de participación que no había habido hace mucho tiempo, desde que el voto era obligatorio —el voto en Chile no es obligatorio—, que tuvo un 78,27% de personas que votaron porque se apruebe la idea de realizar una nueva constitución; y después, un 77% votó que sea mediante una convención constitucional. Había dos grandes opciones: apruebo o rechazo. “Apruebo” que se haga una nueva constitución, “rechazo” que se redacte una nueva constitución. Ganó el apruebo, y después estaba la segunda papeleta: mediante una comprensión mixta o mediante una convención constitucional. La convención mixta era un porcentaje de políticos que ya estaban ejerciendo en el poder legislativo y constituyentes elegidos; o la convención constitucional donde el 100% de los constituyentes eran elegidos.

Ganó, por suerte, la convención constitucional, entonces debió empezar ahí el proceso de campaña de cada uno de los constituyentes que iban a ser electos. Dentro hubo una tercera elección, un tercer plebiscito por así decirlo, entre el 15 y el 16 de mayo para elegir a los constituyentes. Entonces, salió victorioso que se realizaba esta nueva redacción de constitución mediante una convención constitucional se estableció que iban a ser 155 escaños reservados para las personas que sean electas. De esos 155, 17 fueron destinados para pueblos indígenas. De esos 17, 7 son para el pueblo mapuche y después están los otros para los otros pueblos reconocidos: el pueblo Aymara, el Atacameño, el Colla, el Quechua, Rapa Nui, Yamana, Kawashkar, Diaguita y Chango.

En ese sentido, dentro de las victorias más importantes que ha tenido esta resistencia indígena durante el periodo de pandemia es que fueron electas personas que ahora están siendo claves en la convención constitucional. El día que dio inicio a la convención constitucional fue electa la presidenta de la convención Elisa Loncón. Ella dió el primer inicio, digamos el primer

saludo de la convención constitucional en mapudungún, que es algo inédito a nivel nacional y que evidentemente también ha despertado los comentarios más conservadores y reaccionarios que se puede de la elite chilena.

Evidentemente, no podemos ser tan ilusos en pensar que, de estos 155 electos, la derecha o el lado más conservador de Chile que quiere que siga de cierta forma la esencia de la constitución de Pinochet, no se organizó para llegar a la convención. Evidentemente, hay sillas. No llegan a tener los tres cuartos para evitar que se lleven adelante los cambios importantes, pero si hace poco salió un estudio de un diario que se llama Ciper sobre cómo ellos están boicoteando este proceso constitucional, y cómo están boicoteando el ejercicio de Elisa Loncón, que ya ha sufrido desde el día uno racismo por redes sociales o por los mismos constituyentes que son abiertamente declarados de derecha. Este digamos que es el brote de esperanza que se necesitaba y es el brote de resistencia. Para mí es el mayor ejemplo de lo que puede ser un proceso de resistencia de los pueblos indígenas durante la pandemia. Se notó que hubo organización, se notó que hubo campaña, se notó que hubo un proceso de formarse para desde ya dejar en claro que ellos quieren ser parte de este proceso, que ellos quieren reescribir la historia de nuestro país [Chile].

TS: retomando o livro do Airton Krenak, “*Ideias para adiar o fim do mundo*”; como eu disse, ele trata da questão dos povos indígenas vivenciarem esforços sistematizados de genocídio desde 1492. Os povos indígenas resistem há muito tempo, não é que eles resistem desde a pandemia: eles estão resistindo a mais uma pandemia. Por isso é importante ressaltar as estratégias de resistência identificadas a partir do documento da Cepal. Ou seja, as estratégias positivas diante do caos geral: (a) valorização da medicina tradicional, a gente sabe o quanto é forte o monopólio do saber da medicina alopática. Sabemos o quanto é difícil valorizar os saberes ancestrais indígenas, negros e afro-indígenas; (b) variedade de plantios, algumas comunidades que viviam muito na monocultura ampliaram isso, ampliaram a produção nos próprios territórios e de forma diversificada também; (c) princípio de autonomia e autodeterminação, no Brasil, no Peru e na Bolívia houve casos de igrejas, de identidades religiosas reclamarem dos povos originários terem fechado o acesso aos seus territórios, mas eles estavam tentando se proteger dos contágios; (d) construção de dados e censos próprios. Luta pelo luto, respeitando a interculturalidade, em disputa com o Estado e (e) protagonismo das mulheres. Não é à toa, já era antes, que são as mulheres que estão liderando as estratégias de resistência em muitas comunidades.

Vania, antes de finalizarmos, você podia contar, como você contou para mim, das coisas que aparecem nos *WhatsApps* das famílias no Chile. Conta um pouquinho para as pessoas escutarem, como é que o movimento conservador chileno está reagindo a isso. Eu lembro também de uma coisa: quando eles falam assim ‘não queremos um Estado plurinacional, queremos um Estado chileno’, eu vi também várias publicações que eles remetem ao processo de independência, ao século XIX, a ideia de Estado Nação tradicional, acho isso tão interessante.

VA: bueno *WhatsApp* familiar, siempre hay alguien ahí desubicado, según yo. Pero, en definitiva, intentando también entender qué pasa por sus mentes, son generaciones que nacieron en dictadura que vivieron la extensa transición negociada y que no se imaginan que es vivir en otro modelo. A pesar de conseguir apartar la idea de que evidentemente son conservadores, ahí hay un miedo, hay un miedo profundo. Y hay un miedo que también se vincula a un racismo

institucional que ha guiado a Chile desde su surgimiento, el que no concibe, por ejemplo, que haya una presidenta de la convención constituyente que sea mapuche. Entonces, dentro de los ataques a Elisa Loncón, ¿el primer *twitter* que salió cuando ella recibió el cargo fue ‘y ella sabe leer?’ . Entonces, independiente de los estudios que ella tenga es una narrativa racista. Ella sólo tuvo un respeto y un respaldo de gran parte de la sociedad cuando se supo sus títulos universitarios. Entonces eso demuestra en realidad que hay evidentemente un problema estructural a nivel país en cómo uno ve al otro. Ese fue uno de los que más me chocó. El otro es que Teresa Marinovic, electa de la convención constituyente, empezó a hablar en inglés en una convención porque dijo bueno “ya que ella habla mapudungún y nadie le entiende yo voy a hablar inglés a ver si alguien me entiende”. Entonces son esas respuestas, esas provocaciones, abiertamente provocaciones, que llevan en realidad a entorpecer el proceso. Y obviamente hay una manipulación mediática... o sea, en Brasil hace cuántos días que hay seis mil indígenas y no han salido en ninguna portada de diario, en la televisión o ese tipo de cosas. No se ha hecho nada mediático al respecto, no ha salido a la luz.

En la Convención Constituyente pasa lo mismo, hay una organización interna de parte de la Convención Constituyente para intentar divulgar el trabajo que se está haciendo y que es un trabajo que, a pesar de que el Estado ha intentado dificultar que se lleve adelante –o sea, se supone que ellos tenían que tener licitación para que tengan computadores, para que tengan acceso a internet, para que tengan comida–, al igual que todo el poder legislativo, por ejemplo, que tienen este dinero como para que todo salga bien digamos, más expedito. Fue gracias a Elisa Loncón y el vicepresidente, Jaime Bassa, que tienen vínculos con instituciones educacionales, que se empezó a trabajar en la Convención Constituyente en universidades. Pero no hay una voluntad. No hay una voluntad de parte del gobierno, por tanto, hay una voluntad de entorpecer el proceso. Entonces, claro bueno Tereza sabe, soy chilena por ende soy pesimista. Está esta idea de que un día te dan esperanza y al otro día te van cortando y así es un día de gloria, dos días de derrota. Pero claro, evidentemente en este proceso está lo de rescatar lo importante y lo trascendental. Yo me saco el sombrero por lo que las mujeres han hecho y desde siempre, o sea, son quienes retomaron la dinámica de las ollas comunes, quienes retomaron el cuidado –que nunca han dejado de tenerlo en realidad– pero que se han visto más sobrecargadas en la pandemia en comparación de los hombres.

TS: obrigada pela resposta Vania. E a gente poderia ir encerrando, mas antes, vamos fazer uma coisa que a gente combinou de falar no começo e acabamos esquecendo. Nós temos consciência de que somos duas mulheres brancas aqui falando sobre povos indígenas. E nós não queremos tomar esse lugar de fala, nós temos consciência dos nossos privilégios, do que a gente carrega nos nossos corpos, etc. Então nosso objetivo aqui hoje não foi tomar esse lugar de fala, mas procuramos aproveitar esse espaço para visibilizar essas estratégias de resistência desses povos originários que há tanto tempo enfrentam esses projetos de genocídio, de ecocídio, etnocídio, etc.

REFERÊNCIAS:

CEPAL. *El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala: entre la invisibilización y la resistencia colectiva*, Documentos de proyectos



(LC/TS.2020/171), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.

CISTERNAS, M. *Expresiones de racismo en la Convención*. Diario U de Chile, 31 de agosto del 2021. Disponible em: <https://radio.uchile.cl/2021/08/31/que-entrana-el-hostigamiento-contra-la-machi-francisca-linconao-el-racismo-como-recurso-contra-el-empoderamiento-cultural/>

Accesado em 05 agosto de 2021.

CRITICA SUR. *En Punta Arenas derribaron un busto de Menéndez y en su lugar colocaron el de un cazador selk'nam*. 7 de noviembre de 2019. Disponible em: https://critica-sur.com.ar/nota/21974/en_punta_arenas_derribaron_un_busto_de_menendez_y_en_su_lugar_colocaron_el_de_un_cazador_selk_039_nam

Accesado em 05 agosto de 2021.

DULCI, T. M. S.; SALDIVIA, V. A. El Estallido Social en Chile: ¿rumbo a un Nuevo Constitucionalismo?. *Revista Katalysis*, v. 24, p. 43-52, 2021.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.